



Anais da Assembléia

N.º 76

CURITIBA, SEXTA FEIRA, 25 DE JUNHO DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 1976.

como industrial e como

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Quielse Crisóstomo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. DOVILIO SCHEIBEL, Vereador e residente no Município de Capanema.

O extinto exercia com proeficiência e grandeza de caráter o mandato que lhe foi confiado pelos eleitores de Capanema, sendo considerado um dos mais ativos edis, em razão do que, a confiança, a amizade e o carinho da Comunidade local lhe dedicava.

Solicito outrossim, que se dê conhecimento do voto ora proposto, à família enlutada, à Câmara Municipal de Capanema.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1976.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Sr. ÉRICO NEZELO, ocorrido ontem na cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Pertencente a uma família cujo nome está intimamente liga-

do com a história e surgimento de Cascavel, ÉRICO NEZELO era um dos homens de projeção da sociedade cascavelense, que acompanhou seu crescimento desde os primeiros dias, como pioneiro, como industrial e como homem de garra de um bravo lutador pela conquista do civismo, da autonomia e do desenvolvimento regional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Presidente da TELEPAR, Dr. Renato Antonio Johnsson, solicitando imediatas providências no sentido de autorizar a instalação de MONO CANAIS DE TELEFONES no Município de NOVA SANTA ROSA, distritos do município de TOLEDO, e Município de SANTA HELENA, conforme solicitações anteriores.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1976.

(a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo aos Exmos. Srs. Governador do Estado e Secretário da Agricultura, pague aos seus funcionários do setor de administração, do quadro efetivo, o reajuste de 30 por cento autorizado conforme publicação no Diário Oficial do Estado, de 22 de março do corrente ano, a partir de janeiro, conforme a referida autorização.

Ocorre que por ordem do Diretor Geral da SEAG, apesar da autorização para concessão do referido aumento, este está se recusando a cumprir, e, além do mais impondo o cumprimento de oito horas de serviço, diárias, contrariando normas que fixam em seis horas.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1976.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Diretor Presidente da COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ — TELEPAR, encarecendo junto ao mesmo, a necessidade de instalação de POSTO TELEFÔNICO no distrito de IBEMA — Município de Catanduvas.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

O densamente povoado distrito de IBEMA, localiza-se em ponto privilegiado, às margens da BR-277. Seus habitantes reclamam, com justiça, da necessidade de ali se implantar, um posto telefônico, sendo que já tem uma torre repetidora instalada pela TELEPAR que serve ao Oeste paranaense, sem no entanto, beneficiar os moradores da localidade que a sedia. Os benefícios oriundos da instalação em IBEMA do Posto Telefônico, serão sentidos não tão somente pelos seus habitantes, assim como também por todos os que trafegam pelo trecho Guarapuava-Cascavel, além de poder servir ainda ao não menos populoso distrito de TRÊS BARRAS. Enumerados os beneficiados em prazo mínimo, as manifestações a respeito, por parte da TELEPAR, cujos dirigentes certamente, atenderão com carinho e boa vontade à

justa reivindicação formulada pela comunidade Ibemense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança, solicitando com a máxima brevidade possível, o envio de novos semáforos, para a Circunvalação de Maringá.

Esta reivindicação baseia-se no aumento de acidentes de trânsito, verificados naquela cidade, em razão da falta de sinalização, em algumas vias de grande movimento, daquele progressista município.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1976.

(a) JORGE SATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer ouvido o Plenário, o envio de pedido de informação à Secretaria de Justiça do Estado do Paraná, sobre o estágio atual e a situação do organograma financeiro das obras de construção do edifício do Fórum da comarca de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1976.

(a) VALTER PIETRANGELO

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido de informações reside no conhecimento que temos de as obras de construção do edifício do Fórum da Comarca de Barbosa Ferraz, estarem paralizadas, em virtude do não cumprimento de cláusulas contratuais entre a Prefeitura do Município e a firma construtora - empreiteira - "CONSTRUTORA GUARUJÁ" -, motivo que nos impele a formular este requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, solicitando junto ao mesmo, providências no sentido de instalação de POSTO TELEFÔNICO no terminal da Avenida Lucílio de Held, no Jardim Alvorada, da planta da cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1976.

(a) VALTER PIETRANGELO

JUSTIFICATIVA:

O Jardim Alvorada é um dentre os bairros de Maringá, que vem apresentando o maior índice de crescimento populacional. Mais de 60 pedidos de alvarás para construção de prédios comerciais e residenciais, dão entrada mensalmente no departamento competente da Prefeitura do Município. São construções que se erguem, são indústrias que se implantam, é o progresso que ali se apresenta. Dotado de todas as melhorias preconizadas pelas regras urbanísticas, o Jardim Alvorada, no final de Lucílio de Held, resente e lastima a falta de um Posto Telefônico. Tal atendimento por parte da TELEPAR iria beneficiar mais de 300 famílias, distanciadas que ali se encontram do Posto mais próximo, instalado a mais de 2.000 metros, dificultando sobremaneira a vida daqueles maringenses.

Encarecemos portanto, à presidência da TELEPAR no sentido de que determine aos departamentos competentes, a realização de estudos de viabilidade do atendimento do que pleiteamos.

Temos certeza que os resultados de tais levantamentos,

respaldarão sobejamente nossa proposição.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer a V. Exa. que encaminhe apelo ao Exmo. Sr. Governador JAYME CANET JÚNIOR, no sentido de que o mesmo determine estudos objetivando a alteração da atual sistemática adotada pelo Instituto de Previdência do Estado, para que o servidor público tenha atendimento médico total, sem dispêndios financeiros, assim como, seja implantada a nova tabela de pecúlios.

Este apelo resulta da cobrança de uma diferença de trinta por cento nos internamentos e tratamento de saúde dos contribuintes do IPE e cinquenta por cento de seus dependentes. Esta diferença, exigida no ato do internamento, vem provocando situações desesperadoras no seio da valorosa classe, não sendo poucos os que caem nas mãos de agiotas ou na venda de bens inestimáveis, para solução de um problema médico.

A própria Constituição do Estado, em seu artigo 77, item II, determina que os funcionários terão assistência hospitalar gratuita, daí justificando esse pedido.

Outrossim, apelo ao Sr. Governador do Estado que baixe decreto implantando a nova tabela de pecúlios, aprovada pelo Conselho de Administração do IPE em 17/05/76. A demora na elaboração desse decreto está postergando a melhoria dos atuais pecúlios, que já se mostram irreais para os dias presentes.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1976.

(a) ANTONIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da PARANATUR, no sentido de um melhor atendimento e uma melhor planificação de assistência por aquele órgão do Turismo Paranaense, ao Parque de Vila Velha.

Dotado dos mais belos atrativos da natureza, não só os seus arenitos, mas também a bela Lagoa Dourada e as Furnas, os quais estão em quase total abandono, no que concerne a sua conservação, limpeza, enfim, cuidada geral.

Necessário se torna, pois, no Parque é cobrado uma taxa e justo que essa retorne em benefício ou em obras e conservação.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recentemente o Governo Federal instituiu em nosso território uma lei pela qual todos os Srs. brasileiros que desejam fazer, as suas saídas do Brasil, têm necessidade do depósito de uma taxa, taxa esta de um ano de permanência no Tesouro Nacional, sem juros, correção monetária, enfim sem ter este depositante algum outro benefício a não ser o de quase que intimidá-lo a não deixar ou a não fazer o seu turismo internacional.

Diversas empresas depois da lei, argüíram à Embratur, e, mais particularmente à assessoria da Presidência da República, em uma reunião realizada no Rio de Janeiro de que o turismo internacional, comprovado numericamente, seria e é, muito mais barato do que o turismo interno do Brasil. Falavam aqueles da necessidade e premência do Governo ser sensibilizado no que concerne principalmente às diárias hoteleiras do território nacional. E aqui no nosso Estado onde temos um órgão que coordena

o turismo nacional de que a Paranatur mesmo com a maior das boas vontades não faz traduzir, na sua assistência ao turismo paranaense a sua vontade de trabalhar.

Recentemente, pelos órgãos de divulgação constatamos de que um sr. turista desejando passar uns dias na belíssima obra construída pelo Governo do Estado, no Balneário de Santa Clara, não conseguia aquele sr. turista alguém ter direito para fazer a sua reserva mesmo que fosse uma reserva telefônica.

Outras aberrações estão acontecendo no turismo do Paraná, mais particularmente na minha cidade, Ponta Grossa, onde a dádiva de Deus deu ao Paraná para orgulho do Brasil, não só os arenistas, lá existentes, não só a Lagoa Dourada que é uma das mais belas do Brasil, não só também as Furnas, outra beleza da natureza.

Infelizmente, e os Srs. Deputados que lá transitam são testemunhas do abandono no qual se encontram todas aquelas obras da natureza no Parque Balneário e Santa Clara no que concerne à administração e no meu Parque de Ponta Grossa no que concerne à conservação daquelas obras da natureza.

Estou entrando, Srs. Deputados, no dia de hoje, com um requerimento de uma solicitação ao Sr. Presidente da Paranatur, que apesar da sua boa vontade, na prática, na desenvoltura da sua administração, não tem podido dar uma assistência condigna ao turismo no Paraná. E, justo se torna, que esta nossa solicitação seja feita num sentido de contribuição àquela Diretoria, para que traga não só a Ponta Grossa, e não só também à Santa Clara, mas a outros recantos do Paraná, a outros recantos turísticos deste Estado, a presença de obras da Paranatur.

Em Vila Velha é cobrada a taxa de 5 cruzeiros para o ingresso de qualquer turista naquele parque. Justo se torna com um dos tópicos deste requerimento, que esta taxa cobrada seja revertida em obras, em conservação daquele parque. E não é admissível que lá seja cobrada a taxa e não seja devolvida àquele parque na assistência da Paranatur. E no que concerne a Santa Clara, há uma necessidade de revisão nas diárias hoteleiras daquele balneário.

Não é admissível, mesmo o hotel sendo de primeira categoria; não é admissível que mesmo sendo o Estado, através de um concessionário explorador direto daquele serviço; não é admissível que quase noventa ou mais por cento dos Srs. paranaenses e brasileiros da classe média não tenham acesso àquele balneário.

Constatamos lá, pessoalmente, a diária caríssima daquele hotel, daquele recanto e, principalmente, além de ser um lazer e um recanto de recuperação, devido à grande dádiva de Deus que também deu àquele balneário, através das águas de Santa Clara, de serem águas de tratamento terapêutico.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a intenção do requerimento somente faz sentido nas palavras ditas pelo Presidente da Paranatur, e é pena que não se faz presente neste Plenário o ilustre Deputado Accioly Neto que já há um ano atrás dizia da grande aspiração daquele Sr. Presidente, que era dar a Ponta Grossa, como deu à Guarapuava — Santa Clara — a construção de obras durante a sua administração. E, necessário se torna que mais uma vez esta Casa de leis que tem a missão e o dever de fiscalizar no que concerne às administrações deste Estado, que seja mais uma vez lembrada a assistência ao Parque Estadual — de Vila Velha e ao Balneário de Santa Clara.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, segundo orador inscrito.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós nos congratulamos, em parte, com o requerimento do Deputado Luiz Carlos Zuk, porque realmente não só paranaense, mas nacional, carece de iniciativas, carece de atenções especiais.

Contudo, eu entendo que a medida governamental com relação ao depósito prévio para o turismo internacional tenha sido o primeiro passo para evitarmos de que os nossos turistas que são,

no meu entendimento, uma classe ou um tipo de lazer específico, e que paira em torno de um certo número de população, para, com esta medida adotada pelo Governo Federal, impedirmos que essa classe vá levar o nosso cruzeiro no turismo internacional, traduzindo em dólares, como disse o Ministro da Fazenda, nós poderemos com esse dinheiro, com a retenção desse capital nacional, traduzir inicialmente, na melhor movimentação do turismo brasileiro e que é, evidentemente, do movimento, da frequência do turista nos pontos, nos parques, nas estações de tratamento, a exemplo do que disse o nobre Deputado, como a Santa Clara e o Parque de Vila Velha, e outros tantos, como aqui em Bocaiúva do Sul, as Grutas de Campinhos, que estão completamente abandonadas também.

Nós também poderíamos ter uma esperança de que esses aficionados do turismo vão agora exercitar essa prática nos parques e nos pontos de turismo nacional.

Entendemos, pois, inicialmente, que a medida governamental é justa e oportuna, já que outra não se teve idéia, a não ser que o nobre Deputado nos dê uma sugestão que possamos encaminhar ao Governo Federal, nós vemos nessa medida um primeiro passo para que, em movimentando mais, como já disse, os nossos aficionados do turismo, nos pontos de recreação nacional, possamos, com a movimentação e, evidentemente, com a melhor arrecadação daqueles que exploram esses parques, quando não são do próprio Governo, possamos dinamizar e, evidentemente, qualificar esses pontos com melhor atendimento não só ao turista nacional mas, também, ao turista internacional.

Nós já verificamos, temos notícia que também a Espanha adotou medida similar a adotada no Brasil e os resultados foram pela dinâmica palpável do turismo nacional naquele País.

Entendemos pois que, evidentemente, o Governo do Estado com relação aqui ao nosso Estado do Paraná e, o Governo em tese, deve agora, com esta medida, proporcionar, nos pontos de recreação administrados pelo Poder Público, oferecendo condições melhores de atendimento porque, acreditamos que o fluxo de turistas será maior e, naturalmente, inclusive, as condições que se devem oferecer ao turista internacional, devam ser melhores, porque a permuta de turistas, agora, será praticada em menor número.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendemos que o requerimento é oportuno, a menos, na parte que diz da inoportunidade da Lei Federal, com relação ao depósito prévio.

Entendemos, também, que é oportuno para que tomemos uma primeira medida, será este o primeiro passo para que nós façamos do turismo brasileiro, do turismo paranaense, um ponto também acolhedor, de atração aos turistas internacionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 04/76, que aprova prestação de contas deste Poder Legislativo, relativas ao exercício financeiro de 1970. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 04/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Artigo único — É aprovada a prestação de contas deste Poder Executivo, referente ao exercício financeiro de 1970.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO

Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 05/76, que aprova prestação de contas do Senhor Deputado Haroldo Bianchi, pela verba de Assistência Social, do exercício de 1970. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 05/76

R E S O L V E:

Artigo único — É aprovada a prestação de contas do Senhor Deputado Haroldo Bianchi, pela verba de Assistência Social do exercício de 1970, no valor total de Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros), sendo Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) como 2º Secretário (Gabinete) e Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros) pela condição de Deputado.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 06/76, que aprova prestação de contas referente ao exercício financeiro de 1971, bem como o relatório da Contabilidade Geral desta Assembléia Legislativa. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 06/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Artigo único — É aprovada a prestação de contas referente ao exercício financeiro de 1971, bem como o relatório da Contabilidade Geral desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 07/76, que aprova prestação de contas do Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 1973. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 07/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Artigo único — É aprovada a prestação de contas deste Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 1973.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 08/76, que aprova prestação de contas deste Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 1972. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 08/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Artigo único — É aprovada a prestação de contas deste Poder Legislativo referente ao exercício financeiro de 1972.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 09/76, que aprova o Balancete de verificação referente ao mês de abril, encaminhado pela Contadoria Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, referente ao exercício financeiro de 1973. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 09/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Artigo único — É aprovado o Balancete de Verificação re-

ferente ao mês de abril (segundo trimestre), do exercício financeiro de 1973, encaminhado pela Contadoria Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 46/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Laranjeiras do Sul, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Aluísio Mayer, na sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 46/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 15 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Laranjeiras do Sul, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Aluísio Mayer, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 47/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Mandaguai, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Puericultura, na sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 47/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 23 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Mandaguai, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Puericultura, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 48/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Manoel Ribas, objetivando execução de reparos onde funcionam as Escolas que especifica, na sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 48/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 03 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Manoel Ribas, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam as Escolas Estaduais Nossa Senhora Aparecida, Marechal Floriano, Nereu Ramos, Excelcior, José Bonifácio, Cristo Rei, Santa Ana, Santa Terezinha, Lauro Müller e Princesa Isabel, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 49/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Paracity, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Romário Martins e o Ginásio Estadual Maria José Rocha Braga, na sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 49/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Paracity, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Romário Martins e o Ginásio Estadual Maria José Rocha Braga, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 09/76, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Obras Sociais, com sede e foro na cidade de Nova Esperança. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Lei nº 09/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Obras Sociais, com sede e foro na cidade de Nova Esperança.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 19/76, objetivando reconhecer a estabilidade prevista no parágrafo 2º do Artigo 177, da Constituição Federal de 1967, aos professores que em 15 de março de 1967, contavam com mais de 5 anos de exercício nas respectivas funções. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Lei nº 19/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica reconhecida a estabilidade prevista no parágrafo 2º do artigo 177, da Constituição Federal de 1967, aos servidores não efetivos que em 15 de março de 1967 contavam com 5 (cinco) anos, pelo menos, de exercício no serviço público.

Parágrafo único — Admitir-se-á aos professores a estabilidade, na forma deste artigo, mesmo que efetivos no Magistério ou em outra função pública.

Art. 2º — O reconhecimento da estabilidade far-se-á mediante solicitação do interessado à Secretaria de Estado a que servir, através de requerimento devidamente instruído.

Parágrafo único — Atendidas as exigências contidas nos artigos 1º e 2º desta Lei, o Poder Executivo terá o prazo de 60 (sessenta) dias para processar e decidir do pedido.

Art. 3º — Os professores considerados estáveis por esta Lei, com licenciatura plena e registrados no Ministério da Educação e Cultura terão retribuição correspondente ao cargo de Professor do Ensino Médio, nível-22; os Professores com Licenciatura Curta e registrados no Ministério da Educação e Cultura terão retribuição correspondente ao cargo de Professor do Ensino Médio, nível-21.

§ 1º — Os que no exercício do Magistério não forem registrados no Ministério da Educação e Cultura e, os que não forem habilitados terão retribuição fixa mensal correspondente ao cargo de Professor do Ensino Médio, nível-20, podendo haver aproveitamento desses servidores em funções administrativas.

§ 2º — Os Professores enquadrados neste artigo ficam sujeitos à carga horária semanal estabelecida para os Professores do Ensino Médio, inclusive com direito à atribuição de aulas suplementares, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 4º — Aplicam-se a estes servidores as normas do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Paraná e da legislação específica do Magistério.

Art. 5º — Os funcionários considerados estáveis por esta Lei, vincular-se-ão, obrigatoriamente, ao regime previdenciário do Instituto de Previdência do Estado do Paraná, na forma da legislação respectiva.

Art. 6º — A partir da publicação desta Lei, os interessados deverão requerer junto à Secretaria da Educação e Cultura, o reconhecimento previsto no artigo 1º desta Lei.

Art. 7º — A partir da publicação desta Lei, os interessados terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias para requerer junto à Secretaria da Educação e Cultura o reconhecimento previsto no artigo 1º desta Lei.

Art. 8º — As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta das dotações próprias consignadas à Secretaria da Educação e Cultura.

Art. 9º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 26/76, que declara de utilidade pública a Associação Pontagrossense de Assistência à Criança Defeituosa, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Lei nº 26/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Pontagrossense de Assistência à Criança Defeituosa, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 29/76, elevando de 9 (nove) para 11 (onze), o número de vereadores da Câmara Municipal de Umuarama. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Lei nº 29/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica elevado para 13 (treze), o número de vereadores da Câmara Municipal de Umuarama.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1976.

(aa) Basílio Zanusso - Presidente; Luiz A. Oliveira - Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 42/76, que declara de utilidade pública a Sociedade Espírita Irmandade de Jesus, com sede na cidade de Cascavel. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Lei nº 42/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Espírita Irmandade de Jesus, com sede na cidade de Cascavel.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 46/76, que declara de utilidade pública a Missão Evangélica Betânia, com sede na cidade de Altônia. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Lei nº 46/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Missão Evangélica Betânia, com sede na cidade de Altônia.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dovilio Scheibel, vereador e residente no município de Capanema. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Érico Nezel, ocorrido na cidade de Cascavel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pucell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que sejam tomadas providências visando autorizar a instalação de Mono Canais de Telefones, no município de Santa Rosa, distritos do município de Toledo e município de Santa Helena, conforme solicitações anteriores. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo no sentido de que determine estudos objetivando a alteração da atual sistemática adotada pelo IPE, para que o servidor público tenha atendimento médico total, sem dispêndios financeiros, assim como, seja implantada a nova tabela de pecúlios. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações à Secretaria de Justiça, sobre o estágio atual e a situação do organograma financeiro das obras de construção do edifício do Fórum da Comarca de Barbosa Ferraz. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo junto ao mesmo, providências no sentido de que seja instalado um posto telefônico no terminal da Avenida Lucílio de Held, no Jardim Alvorada, da planta da cidade de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo junto ao mesmo, a necessidade de instalação de posto telefônico no

distrito de Ibema, município de Catanduvas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Segurança, no sentido de que com a máxima brevidade possível, sejam enviados os novos semáforos, para a CIRETRAN de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Srs. Governador do Estado e Secretário de Recursos Humanos, no sentido de determinar reajuste de 30 por cento aos funcionários do setor de administração da Secretaria da Agricultura a partir de janeiro de 1976. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da PARANATUR, no sentido de um melhor atendimento e uma melhor planificação de assistência por aquele órgão ao Parque Vila Velha. — Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, realmente, o Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk tem toda a razão, e procede perfeitamente o seu requerimento. Visto que, Ponta Grossa, Vila Velha e Furnas é hoje totalmente, uma das principais partes turísticas de nosso Estado. Eu sou uma das testemunhas de que Furnas, principalmente, se encontra totalmente no abandono; totalmente esquecida pelos Poderes Públicos. E eu entendo perfeitamente, que o requerimento do Deputado Zuk, é no sentido tão somente, de colaborar com a PARANATUR, ou com o Governo ou com um órgão competente, para que tomem as medidas devidas, para que aquele recanto, para aquele centro de turismo de Ponta Grossa, tenha o seu devido melhoramento e o seu aperfeiçoamento.

Portanto, procede perfeitamente, e entendo, o requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, como sendo a título de colaboração com a administração pública do Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o dia 28, segunda-feira, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 65/76, 76/76, 94/76, 66/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 97/76, 100/76, 101/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 54/76 e 55/76.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de junho de um mil novecentos e setenta e seis, às dezessete horas, na sala de Reuniões das Comissões, estiveram reunidos os membros da Comissão de Saúde Pública, Deputados Aragão de Mattos Leão, Ernesto Dal'Oglio, Quilse Crisóstomo da Silva e José Domingos Scarpelini. Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente iniciou a sessão, colocando em votação a ATA da sessão anterior, a qual foi aprovada. Nada mais havendo para constar da hora do expediente, passou-se à ordem do dia. Em votação, o parecer com substitutivo ao Projeto de Lei 107/75, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 48/75, ENCAMINHANDO ANTE-PROJETO DE LEI AUTORIZATÓRIO QUE VISA ESTABELECE POR DECRETO, O PERCENTUAL DAS TAXAS DE SEGURANÇA

PÚBLICA E DE SAÚDE PÚBLICA, que constituem receitas dos Fundos de Reequipamentos que Especifica, Relator: Deputado Quielso Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente Reunião, da qual para constar, eu Alceu Alves Passos, lavrei a presente ATA, que após, lida e achada conforme, vai por mim e pelo Senhor Presidente assinada, para que produza os efeitos da lei.

aa) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Presidente
ALCEU ALVES PASSOS — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA
OITAVA LEGISLATURA

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, com a presença dos senhores deputados: Rosário Pitelli, Werner Wanderer e Jurandir Messias. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião de Instalações. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte processo: PROJETO DE LEI Nº 44/76, De autoria do deputado Enéas Faria, que assegura gratuidade aos filhos de ex-combatentes, civis e militares, nos estabelecimentos de ensino no Estado do Paraná. Relator: Deputado Werner Wanderer. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, secretária lavrei a presente Ata que depois de aprovada é por mim assinada bem como pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) ROSÁRIO PITELLI — Presidente
MARIA APARECIDA AMARAL — Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E
COMUNICAÇÕES.
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e três dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às dezesseis horas e quinze minutos, reuniram-se na Sala de reunião das Comissões, os membros da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e de acordo com o Art. 40 do Regimento Interno, assumiu a presidência o senhor deputado Luiz Gabriel Sampaio, 1º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, para instalar e eleger o presidente da citada comissão, contando com as presenças dos senhores deputados Fuad Nacii, Lineu Turra e Alfredo Gulin, procedida a eleição e verificada a votação, por unanimidade foram eleitos os senhores deputados Alfredo Gulin e Lineu Turra, para Presidência e Vice-Presidência respectivamente. O senhor deputado presidente em exercício convidou o Presidente eleito a tomar posse. Usando da palavra o senhor deputado Alfredo Gulin agradeceu a confiança nele depositada pelos seus nobres pares e ressaltou o seu propósito de conduzir esse Órgão Técnico da Casa, dentro do regime de trabalho e dignidade. A seguir deixou livre a palavra e como ninguém fizesse uso da mesma o senhor Presidente estabeleceu que as reuniões da Comissão, ficarão condicionadas a existência de Matéria de sua competência, e na oportunidade indicou como secretário da Comissão o senhor Roberto Diniz Satyro. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos dos quais para constar, eu Secretário, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos demais membros e por mim.

para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1976.

ALFREDO GULIN — Presidente
LINEU TURRA — Vice-Presidente
FUAD NACLI — Membro
ROBERTO DINIZ SATYRO — Secretário.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O TRÂNSITO
ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO

Aos dezesseis dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, na sala de Reuniões das Comissões, às dezesseis horas, reuniu-se a Comissão Especial sobre o "Transito", sob a Presidência do Senhor Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA e contando com as presenças de todos os Membros e de diversos Senhores Deputados, do Senhor ASCANIO MIRÓ MEDEIROS, Diretor do DETRAN e do Professor ULISSES DE MELO SILVA, assessor de Gabinete do Diretor do Detran, como convidados especiais. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da presente reunião. Todas as explanações e debates da presente reunião encontram-se em notas taquigráficas traduzidas, arquivadas nesta Comissão. Em seguida o Senhor Presidente marcou a próxima reunião para o dia vinte e dois de junho próximo, às dezesseis horas, onde comparecerá novamente o senhor ASCANIO MIRÓ MEDEIROS, Diretor do Detran. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, e para constar eu LÓRIS CORDEIRO DE BARROS, lavrei a presente ATA, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretário, para que produza os efeitos legais.

aa) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Presidente
ALFREDO GULIN — Vice-Presidente
MAURÍCIO FRUET — Relator.
EZEQUIAS LOSSO — Membro
DENI SCHWARTZ — Membro
LÓRIS CORDEIRO DE BARROS — Secretário.

PORTARIA Nº 285/76

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

- I - revogar, a Portaria 186/76, de 20 de abril de 1976, que designou CELSO RIBEIRO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da "ARENA"; e,
- II - lotar, o funcionário acima citado, no Departamento Legislativo, para prestar serviços na Divisão de Redação dos Debates e Diários da Assembléia, a partir de 1º de junho de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de maio de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA Nº 376/76

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5353, de 13 de junho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, JISLANE MARA PERETTI, ocupante do cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Edilson Alencar Barbosa, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de

1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, a partir de 08 de junho de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de junho de 1976

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 377/76

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

autorizar AGAR LEILA DE MENDONÇA GUIMARÃES, matrícula 079, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, de acordo com o disposto na Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 01 de junho de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de junho de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 378/76

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5457, de 18 de junho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 1/76, ao funcionário HUGO MARTINS KOSOP, matrícula 068, ocupante do cargo de nível PL 29, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de junho de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO-Diretor Geral.

PORTARIA Nº 379/76

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5411, de 16 de junho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, ROSALVO GRANDE, ocupante do cargo em comissão, de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado LUIZ CARLOS ZUK, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação de cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 09 de junho de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de junho de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral.

PORTARIA Nº 380/76

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o

que consta do processo protocolado sob o nº 5099, de 09 de junho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I - revogar, a Portaria 269/76, de 26 de maio de 1976; e,
II - designar, MARILENA ANIBELLI VELLOZO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado JAYME RODRIGUES CARVALHO, no período compreendido entre 1º de abril a 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de junho de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral.

PORTARIA Nº 381/76

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5099, de 09 de junho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I - revogar, a Portaria 268/76, de 26 de maio de 1976; e,
II - designar, CLAUDIO SCIMIDT DA SILVA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência no período compreendido entre 1º de abril a 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de junho de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral.

PORTARIA Nº 382/76

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5099, de 09 de junho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I - revogar a Portaria 270/76, de 26 de maio de 1976; e,
II - designar, CARMEN CILENE CASAGRANDE ROQUEJANE, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da ARENA junto ao Gabinete do Deputado ALFREDO GULIN, no período compreendido entre 1º de abril a 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de junho de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral.

PORTARIA Nº 388/76

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5450, de 18 de junho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a MARIA DA LUZ AZEVEDO SOARES, matrícula 538, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, 30 dias de férias, referentes ao exercício de 1976, a partir de 1º de julho de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral.